

DECRESCIMENTO E BIOECONOMIA: IMPERATIVOS SOCIAL E ECOLÓGICO

GUSTAVO DA COSTA MEYER | WILLY VELLENICH
MARCOS BERNARDINO DE CARVALHO | ÉRICO L. PAGOTTO

Ao longo dos últimos anos, um volume crescente de estudos e relatórios internacionais tem alertado a respeito dos impactos humanos sobre a biosfera. Recente artigo publicado na revista *Science* alerta para o fato de que a taxa de extinção das espécies é mil vezes mais veloz do que seria sem a interferência humana (Pimm et al., 2014). Para que se tenha uma ideia do que isto representa, o número estimado anteriormente, e que fora utilizado para o lançamento das bases da Convenção Internacional sobre a Diversidade Biológica, é de que esta taxa seria de cerca de cem vezes (Pimm et al., 1995).

Outra publicação que traz dados impactantes é o “Atlas da Mortalidade e Perdas Econômicas” (*World Meteorological Organization*, 2014), que dá conta do crescimento do impacto dos eventos climáticos extremos sobre a humanidade. De acordo com os dados levantados, entre 1970 e 2012 foram 8.835 desastres, 1,94 milhões de mortes e US\$ 2.4 trilhões de dólares de perdas econômicas mundiais relacionadas a secas, temperaturas extremas, inundações, ciclones tropicais e epidemias de saúde.

A divulgação destes estudos coincide com o lançamento do quinto Relatório de Avaliação do IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2014), cuja principal conclusão é de que o aquecimento global é inequívoco e antropogênico, e está afetando drasticamente o degelo nos polos, as correntes marítimas, a circulação atmosférica, o nível de acidez nos oceanos e as condições de vida na Terra. Neste relatório, o IPCC alerta que as mudanças climáticas requerem ação urgente, dadas a velocidade e a extensão com que estão acontecendo, expondo a humanidade a um risco crescente a cada ano.

É claro que os riscos aos quais o IPCC se refere não são apenas climáticos ou ambientais. O alerta é, antes, a respeito de uma crise sistêmica, civili-

zatória, e que deve ser amplamente discutida. O objetivo deste capítulo é apresentar uma das emergentes vozes que se desvela no cenário internacional para enfrentamento desta crise, e que tem sido referida como “teoria decrescentista”, ou “Decrescimento”. Seu principal fundamento é que a promoção de justiça social e ambiental não serão alcançadas sem que se interrompa ou até mesmo se inverta o ritmo do atual crescimento econômico, conforme nos afiança um dos “pais dessa matéria”, o economista romeno Georgescu-Roegen, em alguns de seus clássicos textos, reunidos em “*O Decrescimento: entropia, ecologia e economia*” (2012).

A ideia do “Decrescimento” que tem origem no meio acadêmico e na teoria econômica, em específico, faz parte de uma gama de sugestões e mobilizações críticas ao crescimento econômico promovido pelo atual padrão de acumulação globalmente estabelecido. Tais mobilizações, ao contrário do que se poderia supor, não estão restritas aos chamados países de capitalismo avançado, podendo assumir formas diversas em outros países, tanto em termos dos atores condutores da crítica (de diferentes origens sociais), como em relação à denominação que é atribuída às práticas conduzidas por tais atores, que podem não ser explicitamente relacionados ao termo “Decrescimento”.

Antes de avançarmos na discussão e desvendamento do significado da proposta do ‘Decrescimento’ em si, no entanto, vale a pena uma breve consideração sobre o conceito de desenvolvimento em sua associação com as ideias de “crescimento” econômico e com os impactos socioambientais que tal associação promove.

O termo desenvolvimento, no sentido do desenvolvimento da sociedade humana, pode ser entendido de maneiras distintas, que muitas vezes se confundem. Em uma delas, e talvez a mais frequente, ele é sinônimo de crescimento econômico. Segundo Veiga (2005), até o início dos anos 60, essa forma de ver o desenvolvimento era a mais comum, pois as nações consideradas mais desenvolvidas eram aquelas que possuíam um melhor desempenho econômico, enquanto os outros países permaneciam em um estágio de “subdesenvolvimento”. Segundo Georgescu-Roegen, tal confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento advém também do fato de que, geralmente no passado, tais processos estiveram associados: “o desenvolvimento impulsionou o crescimento, e o crescimento só ocorreu associado ao desenvolvimento” (Georgescu-Roegen, 2012, p. 104). Para este autor, o entendimento generalizado é o de que só há crescimento quando existe um aumento da produção *per capita* dos tipos de bens correntes. E isso implica em um uso crescente dos recursos naturais acessíveis.

Segundo Georgescu-Roegen, mesmo quando se associa a ideia de “desenvolvimento” a “progresso tecnológico” (pautado em eficiência energética com substituição de fontes de energia, de mão de obra braçal e de bens de consumo), há uma pressão sobre os recursos naturais.

Daí, talvez, decorra a ideia, difundida por Celso Furtado, de associar a ideia de “desenvolvimento” à uma ilusão ou manipulação ideológica, sobretudo quando este é entendido como um fim em si e equivalente ao aumento/crescimento da riqueza. Mais correto, para Furtado, seria concebê-lo como meio para alcançar fins mais nobres:

(...) o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (Furtado, 2004, p. 484)

Nessa condição, do desenvolvimento como meio para disseminar melhorias coletivas, outras possibilidades, inclusive a do “Decrescimento” podem ser melhor examinadas.

DECRESCIMENTO: ANTÍDOTO AO SUBDESENVOLVIMENTO

As novas propostas trazidas pelo “Decrescimento” derivam, na verdade, de uma ruptura paradigmática com a Economia tradicional, ou Neoclássica, e esta cisão é motivada pelas mesmas raízes filosóficas que separam a visão científica antropocêntrica da visão ecocêntrica.

De uma perspectiva epistemológica, o ecocentrismo trazido pelo “Decrescimento” à Economia parte da mesma visão sistêmica e ecocêntrica proposta pela Ecologia Profunda de Arne Ness, que por sua vez reconhece os princípios da vida simples e da frugalidade voluntária propostas por Henry Thoreau e que, de forma mais distante ainda, poderia encontrar raízes no Emílio de Jean-Jacques Rousseau e na filosofia hinduísta.

É certo que boa parte da atenção que a teoria do “Decrescimento” tem recebido nos dias de hoje decorre da atual crise ecológica, e da perspectiva de esgotamento dos recursos naturais. Mas esta visão meramente utilitarista também não é recente. Assim, por exemplo, o britânico Sir William Petty já alertava, em meados do século XVII, sobre um possível esgotamento dos recursos naturais frente ao crescimento populacional da época (McCormi-

ck, 1992). Foi, no entanto, Thomas Malthus, que cerca de 150 anos depois, propôs um modelo matemático para demonstrar como isto poderia ocorrer, o que o tornaria amplamente conhecido. Mesmo o próprio movimento ambientalista do século XX, em seus muitos tons de verde, trouxe diferentes tributários, ora de correntes mais utilitaristas e antropocêntricas, como por exemplo nos trabalhos de Hardin (1968), Ehrlich (1968) e no próprio Relatório Meadows (1972), ora com perspectivas mais críticas e ecocêntricas, como Goldsmith (1972) e Schumacher (1973).

Neste contexto, a visão trazida por Georgescu-Roegen é bastante representativa do *Zeitgeist* deste período, e seu principal mérito foi ter exposto a fragilidade dos alicerces da teoria econômica neoclássica em relação aos princípios biofísicos da termodinâmica e apontado os caminhos para uma bioeconomia, de caráter mais ecocêntrico.

Ainda na década de 1970, foi Josué de Castro (2000) quem tratou de expor a falsa relação existente na vinculação entre desenvolvimento e expansão da riqueza material, exortando pela necessidade de mudanças sociais sucessivas e profundas. Para este autor, aliás, todo o mundo deveria ser associado como relativamente subdesenvolvido, uma vez que em nenhum país se poderia verificar patamares equilibrados de desenvolvimento, que não fossem os pautados por parâmetros meramente quantitativos e muito longe de refletir as condições de justiça socioambiental almejadas.

Brugger, por sua vez, confere à ideia de desenvolvimento um sentido de preponderância dos padrões hegemônicos, inclusive os culturais. Para este autor, assim como as expressões “civilizado” e/ou “desenvolvido” aplicam-se àqueles que se submetem a determinados parâmetros “é lícito questionar se desenvolver não teria sido, na maioria dos exemplos históricos, *(des)envolver*, isto é, romper o elo de envolvimento de determinados povos com a sua cultura no sentido mais amplo – fragilizar e “pasteurizar” tanto a diversidade biológica quanto cultural, até que todos os padrões se convertam em apenas um” (Brugger, 2004, p.73).

Esse processo da “aculturação”, que envolve submissão e às vezes anulação de certas tradições e histórias culturais, a que se refere Brugger, já havia sido indicado por Josué de Castro, quando este afirmou, por exemplo, ser o “subdesenvolvimento” uma forma de “poluição humana” (Castro, 2002), pois os padrões e parâmetros adotados e a serem obrigatoriamente alcançados, impõem que as diferenças entre os vários agrupamentos e sociedades humanos sejam vistos sempre como estágios primitivos ou anteriores ao crescimento econômico apresentado pelas regiões mais ricas.

Essas caracterizações que promovem a subordinação de todos os países e de suas sociedades a um modelo, segundo outros autores, tais como Esteva

(1996), tem como marco o final dos anos 40, período pós segunda-guerra mundial, em que o mundo se apercebeu, de forma invertida, daquilo que Josué de Castro apontou: “o subdesenvolvimento é, na civilização de consumo, um produto do desenvolvimento” (Castro, 2002, p. 96). Esteva afirma precisamente que a data dessa descoberta, da existência dos países subdesenvolvidos, é 20 de janeiro de 1949, dia em que Truman realiza o seu discurso de posse do segundo mandato na Casa Branca e difunde a expressão “subdesenvolvido” para caracterizar metade da humanidade e lançar as bases do AID (*Act for International Development*), que consagra o modelo de subordinação e de condição hierarquizada dos países que compõem a economia mundial.

De fato, é a partir da divulgação de ideias de desenvolvimento, como essa presente no discurso do presidente Truman, que o seu entendimento ficou reduzido àquele do crescimento econômico. E é essa redução e associação que, por outro lado, converteram-se em campo fértil para a proliferação das críticas.

A partir da consideração dessas críticas, entendemos a sucessão de qualificativos e de tematizações que passaram a considerar as possibilidades de caracterizações e inserções dos países no cenário mundial, particularmente nas tentativas de associar tais agrupamentos com vistas a indicar os problemas e suas possíveis soluções. A despeito das múltiplas determinações que sempre concorrem para a concretização das diversas realidades dos países, e a despeito também da cadeia de relações que os cenários da economia-política globalizada impuseram, de maneira inclusive hierarquizada, para os integrantes de uma “divisão internacional do trabalho e das funções”, diversos qualificativos foram experimentados, numa espécie de sucessão de tentativas para salvar os “defeitos inatos” da ideia de desenvolvimento. Qualificações como “desenvolvimento econômico”, ou “social”, ou “ambiental”, revelam isso. Até mesmo reagrupamentos, tais como “primeiro”, “segundo” e “terceiro mundo”, ou “nações do norte” e/ou do “sul”, e suas diversas variações, vão pelo mesmo caminho.

Essa é uma história já bastante conhecida. Portanto, não a detalharemos aqui.

Partiremos já da construção crítica das ideias que se opõem ao sentido subjacente a todas essas tentativas de salvamento ou de atenuação da concepção do “desenvolvimento/subdesenvolvimento”, inclusive à última delas, que ganha adesão crescente das forças hegemônicas do padrão de acumulação, em detrimento das origens ecológicas ou ecopolíticas, e muitas vezes bem intencionadas, que possam ter-lhe impulsionado. Falamos da ideia de ‘desenvolvimento sustentável’, ou simplesmente ‘sustentabilidade’, que,

entre muitas outras, pode ser entendida como tentativa de acenar para os limites físicos-naturais que se impõem ao crescimento, como uma espécie de alerta para a escassez que o processo de desenvolvimento pode provocar.

A ‘sustentabilidade’ também pode ser entendida de diversas maneiras, quando esta se insere entre as teorias econômicas e o desenvolvimento. E o arco dessas possibilidades abarca desde aquelas concepções que entendem não haver dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico, como aquelas outras, defendidas sobretudo pelas teses decrescentistas, em que se preconiza abandonar a lógica do produtivismo para que um outro desenvolvimento possa ocorrer.

CRESCIMENTO, DECRESCIMENTO, TEORIA ECONÔMICA E BIOECONOMIA

Cechin (2010), em obra que trata da contribuição de Georgescu-Roegen para a discussão da relação entre recursos naturais e a economia, traça um histórico da teoria econômica, abordando suas principais escolas e o pensamento hegemônico que sustenta as ideias e teorias de tais escolas, bem como as linhas divergentes que surgem a partir da compreensão dos limites e insuficiências do pensamento hegemônico.

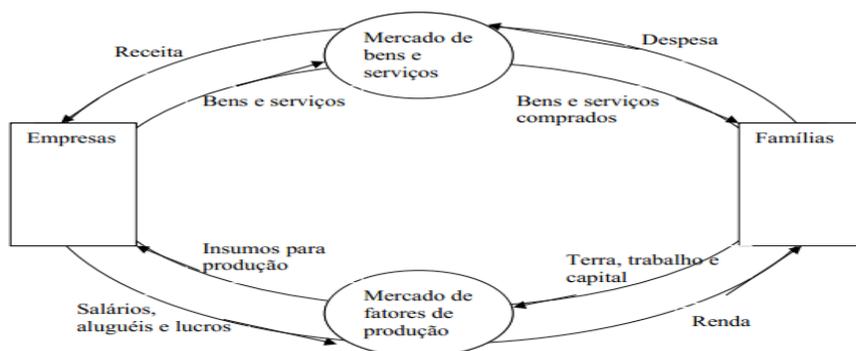
Uma visão mecanicista, com estrutura de análise baseada na mecânica clássica e em seu princípio de conservação de energia, é o elemento comum e presente em todas as correntes que serviram de apoio à economia predominante durante o século XX.

A visão mecanicista foi adotada tanto por economistas chamados de clássicos, ou de neoclássicos, como pelos fisiocratas e marginalistas, e pode ser esquematizada pelo conhecido diagrama de fluxo circular (figura 1), que em termos gerais busca representar uma idealização simplificada da organização do sistema econômico, em um modelo visual comum em manuais econômicos, em que o sistema é representado por uma situação de equilíbrio.

Nessa visão reducionista da economia nada entra e nada sai, compondo um sistema isolado, imune às influências externas, que constitui uma espécie de moto perpétuo, capaz de produzir trabalho de maneira ininterrupta, sem a entrada de novos materiais e de energia.

Trata-se, portanto, de uma idealização flagrantemente em desacordo com a segunda lei da termodinâmica, a chamada lei da entropia. Para tal lei física, é impossível um aproveitamento 100% eficiente da energia que entra em um sistema. Apesar da quantidade de energia se manter no sistema (como aponta a “primeira lei”, ou o princípio da conservação de energia), sua qua-

Figura 1: Diagrama de fluxo circular do sistema econômico (Fonte: Mankiw, 2001).



lidade se altera de maneira irreversível, não podendo ser aproveitada por completo, o que significa que a continuidade de funcionamento do sistema depende da entrada de energia de forma constante.

Sendo assim, o pensamento econômico predominante no século XX, em suas opções metafóricas e inspiradas na mecânica clássica, editou tais inspirações segundo as conveniências das idealizações que preferiu ver divulgadas, não acompanhando nem mesmo o desenvolvimento do pensamento na própria física, colocando-se como um sistema sem relação com a natureza, não levando em consideração a entrada e saída de matéria e energia.

Porém, as mudanças que ocorrem no sistema econômico são qualitativamente irreversíveis, ao contrário do que podem fazer supor as analogias editadas com a mecânica clássica e excludentes do chamado “capital natural”. A economia capta “recursos” de qualidade da natureza (de baixa entropia), e devolve resíduos sem qualidade para a mesma natureza (de alta entropia). Em resumo, segundo Cechin:

A utilização da metáfora mecânica faz com que a economia seja tratada como um sistema isolado, autocontido e a-histórico, não induzindo mudança qualitativa, nem sofrendo efeitos das mudanças qualitativas no ambiente. Muitos já criticaram o viés anti-histórico da economia neoclássica, mas sem perceber a futilidade que é tentar impor a história nas teorias neoclássicas sem questionar a metáfora física que a inspirou. (Cechin, 2010, p. 44)

Um dos questionamentos mais contundentes de tal concepção mecânica do sistema econômico (como processo isolado e circular e, portanto, de fenômenos reversíveis) surge, primeiramente, através do economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen, com seu artigo “*Process in Farming Versus Process in Manufacturing: a Problem of Balanced Development*” e na introdução da coletânea “*Analytical Economics*”. Há nesses textos uma reflexão epistêmica do processo econômico, algo incomum para os economistas neoclássicos.

As ideias formuladas por Georgescu-Roegen questionam elementos fundamentais da economia neoclássica, como a noção de equilíbrio, e o pensamento de que o processo produtivo envolve a simples alocação e otimização de fatores de produção internos ao sistema. Para esse economista, o processo amplo de reprodução material das sociedades, não é passível de ser analisado, nem compreendido, considerando apenas as estruturas analíticas mecânicas propostas como referência na economia neoclássica, uma vez que tal análise deveria envolver a consideração da lei da entropia e, conseqüentemente, uma visão da economia em seu processo amplo de metabolismo social e consideradora de seus aparatos de bens de produção ou de capital como instrumentos exossomáticos, em uma espécie de paralelismo à transcendência dos limites biológicos experimentada pelos próprios seres humanos que, como sabemos, utilizam-se de instrumentos que eles produzem, mas que não fazem parte de seu próprio corpo e portanto pressionam outros ecossistemas, exteriores a ele. Para Cechin (2010), a questão não deveria se limitar apenas a essa constatação, da utilização desses instrumentos exossomáticos, mas para a consideração de que estes dependem também de sua produção por outros instrumentos. Sendo assim, conforme aponta o autor, “o processo econômico tem a ver com a evolução exossomática da humanidade (...), trata-se das mudanças no modo de produção de instrumentos por meio de instrumentos” (*op. cit.*, p. 75).

A consideração dessa lógica, é que leva Georgescu-Roegen a afirmar que o processo econômico é entrópico, não criando e nem consumindo matéria e energia, e sim transformando baixa entropia (energia útil) em alta entropia (energia inútil - calor dissipado que não pode ser reaproveitado totalmente).

Dessa maneira, ao contrário do que aponta a economia neoclássica, o sistema econômico não está em equilíbrio, sendo a produção uma oposição local e temporária à lei da entropia. Nos textos “*Process in Farming Versus Process in Manufacturing: a Problem of Balanced Development*”, “*The Economics of Production*” e em “*The Entropy Law and the Economic Process*”, Georgescu-Roegen, ao buscar retratar de maneira mais adequada o pro-

cesso produtivo, acrescenta a variável tempo na representação do processo produtivo, o que modifica a função matemática de produção convencional que relaciona a quantidade de fatores, tornando-a muito mais rigorosa. Esta não foi uma mudança qualquer, tendo-se em vista que se expôs o erro da representação do sistema econômico como um sistema circular fechado, colocando-se, claramente, através da variável tempo, que a economia é um processo unidirecional e irreversível.

Para Georgescu-Roegen, a sociedade possui duas fontes gerais para sua reprodução material, os estoques terrestres de minerais e energia concentrados e o fluxo solar, que é disperso. Os estoques terrestres são limitados e o ritmo de sua utilização depende de aspectos societários complexos, enquanto o fluxo solar é ilimitado, sendo responsável pela manutenção da vida. Para o economista romeno, a tendência de extração dos recursos é decrescente, independentemente de quando seja o início dessa tendência. Dessa forma, faz-se necessário, segundo Georgescu-Roegen, o começo do encolhimento da economia, para que se dê sobrevida à atividade econômica, reduzindo-se a escala da economia através do encolhimento populacional e do fundo de capital. Ou seja, faz-se aqui presente a noção de “Decrescimento”.

Para dar consequência a isso, Georgescu-Roegen defendia a tese de que a economia deveria ser absorvida pela ecologia, o que lhe custou inúmeras críticas e o isolamento acadêmico. As alterações epistêmicas que a noção de entropia poderia impor à estrutura analítica predominante da economia seriam muitas e várias delas incompatíveis com a estrutura teórica da economia neoclássica.

A consideração da dependência que os seres humanos criam em relação aos instrumentos exossomáticos e, conseqüentemente, a ampliação dessa dependência para as sociedades e economias que estes configuram, seria um dos exemplos mais importantes dessa incompatibilidade e é o que está na base da bioeconomia sugerida por Georgescu-Roegen, em uma referência à amplitude dos problemas que a condição humana cria quando transcende os limites de sua natureza biológica e passa a depender de instrumentos produzidos, que não fazem parte de seus próprios corpos, individuais e/ou coletivos. A bioeconomia ao mesmo tempo em que designaria uma formulação mais adequada para a proposta de necessária subordinação que a ecologia deveria impor à economia, revelaria também compreensão de que os problemas produzidos pelos seres humanos não se reduzem às suas dimensões biológicas e/ou econômicas, pois são indissociavelmente bioeconômicos.

DECRESCIMENTO: A CONSTRUÇÃO DE UMA CONTRA-HEGEMONIA

Como se pode notar, muitas noções de desenvolvimento perpassaram a discussão teórica e política, sendo que a dimensão econômica acabou assumindo uma posição de destaque e busca impor a sua racionalidade às demais dimensões, inclusive na condução da busca de soluções para a crise socioambiental de nosso tempo.

Desde Thoreau, no entanto, há quem alerte para a necessidade de recolocar tal dimensão em “seu devido lugar”, e em inter-relação com os demais componentes da realidade.

Tendo em conta a análise desenvolvida por Comparato (2013) acerca das várias formas de poder existentes na sociedade capitalista e que até mesmo a transcendem (poder econômico, o poder ideológico e o poder político), embora materializem-se de forma particular nesta, este autor aponta que, na civilização capitalista, surgem duas novas formas de poder (em comparação às civilizações antigas, ligadas à estirpe indo-européia): o poder tecnológico e o da riqueza econômica, sendo que o segundo dinamiza os resultados da aplicação técnica.

Nas civilizações antigas, a riqueza era uma consequência, não uma fonte de poder. (...) O surgimento do capitalismo alterou profundamente esse estado de coisas. A acumulação de bens materiais, agregada à utilização sistemática do saber tecnológico, tornou-se o principal instrumento de produção e a forma preponderante de exercício do poder na sociedade. (Comparato, 2013, p. 89)

Dessa forma, tal poder capitalista, centrado no saber científico e na acumulação de riquezas, expande seu modelo de civilização, incorporando o poder armado e submetendo os poderes religiosos aos seus interesses, propiciando a constituição de um poder ideológico, tornado hegemônico

O poder ideológico capitalista é importante no sentido de criar comportamentos e modos de pensar que cimentam um cotidiano alienante e asseguram a reprodução e acumulação do capital sem maiores questionamentos, fortalecendo o poder exercido pelo consentimento e pela busca de confiança, sem maiores conflitos.

Para Comparato (2013), o poder legítimo se baseia não na coerção física, mas sim em uma denominada norma superior de conduta e no livre consentimento dos sujeitos. Tal poder legítimo pode ser chamado de hegemonia, no sentido empregado por Gramsci:

A hegemonia, no sentido político, é o poder fundado não na coerção, mas no consenso social. Eticamente, tal consenso implica a ampla aceitação na sociedade, de certos princípios fundamentais, bem como a harmonia social entre práticas culturais diversas. (Comparato, 2013, p. 86)

Os decrescentistas, como integrantes de um conjunto de mobilizações que criticam a civilização capitalista em suas diversas modalidades de poder (principalmente o poder econômico e o político, que estão estreitamente ligados), buscam contemplar não só a as noções marxistas de totalidade e de inter-relações, como considerar o processo de disputa por hegemonias (e seu exercício) como analisado por Comparato (2013), inspirado em Gramsci.

Neste ponto cabe destacar que a proposta decrescentista, da forma como foi trazida por Georgescu-Roegen, e desenvolvida por autores como François Partant, Serge Latouche, Joan Martínez Alier, entre outros, em muito comunga do arcabouço filosófico do chamado ecossocialismo, desenvolvida por Rudolf Bahro, Andre Gorz, Michael Löwy e Ivan Illich, entre outros, e mais recentemente tem se mostrado alinhada ao conceito de “sociedade de risco”, desenvolvida por expoentes da chamada Sociologia Ambiental, como Ulrich Beck e Anthony Giddens.

No que se refere à teoria do “Decrescimento”, cabe destacar a importante contribuição do francês Serge Latouche, filósofo e professor emérito de economia da Universidade de Paris-Sud, estudioso do tema, que também se considera um “objeto” do crescimento.

Conhecedor e divulgador da obra de Georgescu-Roegen, Latouche faz uma análise e exortação da proposta do “Decrescimento” que em seu “Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno” (Latouche, 2009) define como sendo um “a-crescimento”, um abandono da fé no progresso e na religião da Economia, uma crítica radical a este modelo que aí está. O autor faz questão de frisar que o “Decrescimento” não é uma redução nas atuais taxas de crescimento, nem um crescimento negativo, muito menos um crescimento “sustentável”, alternativas que, segundo ele, se não vierem acompanhadas de uma mudança para uma política social do “Decrescimento”, apenas gerariam mais crises, instabilidade e pânico. Para Latouche, as diferentes formas de crescimento propostas até então são antropocêntricas, etnocidas, tóxicas, violentas, imperialistas e estupradoras do imaginário, quando na verdade o principal desafio da proposta decrescentista é justamente “descolonizar o imaginário”⁶⁰.

60. A expressão vem de outra obra de Latouche, “*Survivre au développement. De la décolonisation de l’imaginaire économique à la construction d’une société alternative*”, de 2004, inédita no Brasil.

A partir daí, o autor contribui de forma pragmática com a indicação de diversos instrumentos e mecanismos. Um deles é a eliminação das três “incitações ao crime” (Latouche, 2009, p. 18): a obsolescência materialista, que renova os desejos pelos supérfluos, a publicidade, que incita à futilidade e o crédito, que produz os meios. Outro instrumento é o “ciclo virtuoso do Decrescimento sereno”, ou “os oito erres” (reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar), que na verdade são meras convenções propostas pelo autor para sugerir que a perspectiva por detrás do prefixo “re-” emana sempre uma conotação positiva e desejável (rever, repousar, recriar...) em rigorosa oposição ao prefixo “super-”, que alude a excessos indesejáveis (superpopulação, superexploração, superprodução...).

O que Latouche quer dizer com tais exemplos é que a proposta do “Decrescimento”, em consonância com a compreensão dos processos que produzem as forças hegemônicas na conformação das sociedades atuais, não se reduz a um enunciado de objetivos que se firmam simplesmente em ações. Antes, buscará se firmar como sendo um projeto de construção de sociedades conviviais autônomas e econômicas, que expresse uma “coerência teórica do conjunto”, conforme diz o próprio autor, indicando que tal coerência poderá ser construída com a promoção de um “círculo virtuoso” que desencadeará “um processo de Decrescimento sereno, convivial e sustentável” (Latouche, 2009, p. 42).

Alguns pontos que tanto este autor como outros entendem como centrais em suas propostas indicam-nos para a necessidade de considerar as potencialidades de alguns movimentos que nesta parte do mundo se desenvolvem. Dentre elas a proposta de “relocalização” ganha destaque, pois, em nosso caso, perspectivas como as da “economia solidária”, ou da “agricultura familiar”, e movimentos como os do “MST”, ou os diversos que são protagonizados pelas comunidades tradicionais e indígenas, sem muito esforço podem ser caracterizados como claramente “decescimentistas” e em todos os sentidos que essas concepções envolvem: “bioeconômicos”; privilegiadores da vida, em detrimento da economia; promotores de “abundância frugal” e de “prosperidade sem crescimento” (Jackson, 2013); biocivilizadores, enfim (Carvalho *et al.*, 2013; Sachs, 2009, entre outros).

Uma das características do “Decrescimento” como projeto local envolve a busca de autonomia. Esta, como Latouche dá a entender, em poucas palavras, seria uma antítese da heteronomia, que na sociedade moderna é representada pela “mão invisível”, pela tecnocracia, pelo domínio do mercado sobre todas as decisões. Como ferramenta para essa busca da autonomia local, Latouche recorre a alguns autores que trazem, por exemplo, a ideia de

ecomunicipalismo, de Murray Bookchin, que contemplaria “municípios” dentro de “municípios”. Essas unidades menores, em relações mais adequadas com o ambiente, tornariam a auto-organização mais facilitada e estimulariam uma maior participação política da sociedade civil. Tais ideias aproximariam a proposta do “decrecimento” das noções de “biorregião” ou “ecorregião”:

Definida como uma entidade espacial coerente que traduz uma realidade geográfica, social e histórica, pode ser mais ou menos rural ou urbana. Uma biorregião urbana poderia ser concebida como uma municipalidade de municipalidades ou ‘uma cidade de cidades’, ou até uma ‘cidade de vilarejos’ [...]. (Latouche, 2009, p. 60)

O argumento trazido pelos decrescentistas é, por um lado, a maior participação dos cidadãos em questões relativas ao local e, por outro, a questão da construção das identidades a partir da noção de território. Para a rede das comunas novas na Itália, esta noção é “um projeto político que valoriza os recursos e as especificidades locais, estimulando processos de autonomia consciente e responsável e recusando a condução externa (heterodireção) da mão invisível do mercado planetário”⁶¹.

Latouche também traz a ideia de recuperar a autonomia econômica local, discutindo a autossuficiência alimentar, a econômica e a financeira. Tais ideias, muito se aproximam dos esforços de reforçar a agricultura familiar, a autonomia energética local obtida de fontes de energia renováveis (lembrando que o uso da energia solar é um dos pontos centrais na teoria Roegeniana) e do incentivo às redes de produção e comércio locais.

Estes, e muitas outros instrumentos desta nova proposta de “des-envolvimento”, que agora entendida sob a luz das ideias do “decrecimento”, pode ser vista como de “desacoplamento” dos modelos produtivistas predominantes, colocam-se como importantes alternativas aos modelos que aí estão, e que têm apenas conseguido agravar a crise socioambiental, aumentando as desigualdades sociais. Neste sentido, o “Decremento”, com a sua “economia do astronauta”, onde absolutamente nada pode ser desperdiçado, aposta que não há tecnologia ou ajuste de mercado que possa superar os limites biofísicos da natureza, indicando boa parte dos conteúdos e ações que deveríamos imprimir e/ou fortalecer para a construção dos processos de mudanças demandadas na atualidade.

61. Carta del Nuovo Municipio in www.nuovomunicipio.org e www.comunivirtuosi.org citado em Latouche, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUGGER, P. *Educação ou Adestramento ambiental?* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

CARVALHO, M. B., PAGOTTO, E. L., VIVIANE NETO, A., MEYER, G. C. Dimensão socioambiental, mudança social e participação política. In: ZANIRATO, S. H. (org.) *Mobilização e mudança social: experiências de participação política na sociedade contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2013, p. 37-62.

CASTRO, J. de. *Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição*. *Geographia*, América do Norte, v.4, n.8, 2002, p. 95-98.

CECHIN, A. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*, São Paulo: editora Senac, 2010.

COMPARATO, F. K. *A civilização capitalista: para compreender o mundo em que vivemos*. São Paulo: Saraiva, 2013.

EHRlich, P. R. *The population bomb*. Revised edition. Nova York, Random House. 1986 [1968].

ESTEVA, G. Desarrollo. In: SACHS, W. (Editor). *Diccionario del desarrollo: Una guía del conocimiento como poder*. Peru: Pratec, 1996, p. 52-77.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. *Revista da Economia Política*. São Paulo, v. 24, n. 4 (96), 2004, p. 483-486.

GEORGESCU-ROEGEN, N. *O decrescimento: entropia, ecologia e economia*. São Paulo: editora Senac, 2012.

GOLDSMITH, E., et al. *Blueprint for survival*. Boston: Penguin, Harmondsworth & Houghton Mifflin, 1972.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. *Science*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968

IPCC. *Climate Change 2013: The Physical Science Basis*. Contribution of working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA.

JACKSON, T. *Prosperidade sem crescimento – vida boa em um planeta finito*. São Paulo: Planeta Sustentável, 2013.

LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

- LÖWY, M. Ecosocialismo e planejamento democrático. *Crítica Marxista*, n.28, 2009, p.35-50.
- MANKIW, G. *Introdução à economia: Princípios de Micro e Macroeconomia*. Editora Elsevier, 2001.
- MCCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992
- MEADOWS, D. *et al. Limites do crescimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973 [1972].
- PIMM, S. L. et al. The biodiversity of species and their rates of extinction, distribution, and protection. *Science*: Vol. 344 no. 6187, 30 May 2014.
- PIMM, S. L. et al. The Future of Biodiversity. *Science*. Vol. 269 no. 5222 pp. 347-350, 21 July 1995.
- SACHS, I. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SCHUMACHER, E. F. *Small is Beautiful*. New York: Harper & Row, 1973
- THOREAU, H. D. *Walden, a vida nos bosques*. São Paulo: Ground, 2007.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. *Atlas of Mortality and Economic Losses from Weather, Climate and Water Extremes (1970 - 2012)*. Chairperson, Publications Board, Geneva, Switzerland, 2014.